

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	1
Título: Livro relaciona corrupção a deficiências de infraestrutura	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Petrobrás reduz investimentos para este ano	4
Título: Bilhete premiado	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Eólica	6

Seção: Mercado / Cifras & Letras**Autor: Raquel Landim****Título: Livro relaciona corrupção a deficiências de infraestrutura**

Na obra "Infraestrutura, eficiência e ética", organizada pelo economista Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central, 14 autores tentam responder a uma pergunta que se repete há décadas, mas segue crucial: por que o Brasil não investe em infraestrutura?

Em nove capítulos, esse grupo multidisciplinar reunido pelo Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP) aborda em profundidade problemas já conhecidos, como risco regulatório, falta de segurança jurídica, dificuldades de financiamento etc.

A obra, no entanto, inova ao trazer uma causa negligenciada para a falta de estradas, portos e ferrovias no país: corrupção. Não é por acaso, portanto, que o prefácio coube ao juiz Sergio Moro, responsável pela maior investigação de corrupção do Brasil, a Operação Lava Jato.

Moro cita um discurso do ex-presidente americano Theodore Roosevelt proferido em 1903 em que ele diz que "não existe crime mais sério que a corrupção", porque "o agente corrupto saqueia a cidade inteira ou o Estado".

Para o juiz, a Lava Jato revelou uma corrupção sistêmica no país que impacta as possibilidades de desenvolvimento da infraestrutura e do bem-estar em geral.

"Além dos óbvios custos de propina, inseridas em contratos públicos, afugentam-se investidores e há custos indiretos decorrentes da provável tomada de decisões econômicas ineficientes", escreve.

Depois das revelações dos prejuízos provocados pelo cartel de empreiteiras que atuava na Petrobras, as conclusões de Moro parecem evidentes, mas nem sempre foi assim. Basta recordar que até o início dos anos 1980 a maioria dos especialistas era favorável à presença estatal não apenas na infraestrutura mas também em setores estratégicos, como petróleo ou mineração.

Essa percepção só mudou quando ficou clara a ineficiência das estatais e quando a crise fiscal demonstrou que a participação do setor privado é essencial. Paradoxalmente, no entanto, as dificuldades não cessaram com o início de privatizações, concessões e parcerias público-privadas.

Há vários motivos para o fracasso do Brasil na infraestrutura, que vão desde a incapacidade técnica do governo para desenhar os projetos até a tentativa de limitar os lucros dos investidores.

Nesse aspecto, os economistas Vinicius Carrasco e João Manuel Pinho de Mello fazem um bom trabalho ao demonstrar os prejuízos provocados pela intervenção promovida pela ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016) no setor elétrico.

SETOR PRIVADO

O setor privado, no entanto, também tem sua parcela de culpa. Ao longo do texto, diversos autores explicam como o capitalismo de laços subverte os conceitos econômicos que deveriam nortear uma licitação ou uma concessão.

As empresas fazem ofertas inexecutáveis nos leilões apenas para vencer a licitação já contando com futuros aditivos. Deixam de investir em redução de custos para apostar no lobby e na corrupção de agentes públicos.

Nas licitações da Petrobras, esse esquema se tornou regra. A refinaria Abreu e Lima, por exemplo, foi orçada em US\$ 2,5 bilhões, mas seu custo atingiu US\$ 18 bilhões.

Para os autores, o Brasil terá de fazer um grande esforço para inibir os cartéis e aumentar a competição, elevando multas e acabando com exigências de conteúdo local.

SOLUÇÕES

Aliás, um dos méritos do livro é não apenas diagnosticar os problemas mas trazer sugestões. O advogado Modesto Carvalhosa propõe, por exemplo, a adoção do modelo americano de "performance bonds" para acabar com o capitalismo de laços.

Nos "performance bonds", uma seguradora é contratada pelo governo para cobrir 100% do risco do empreendimento, fiscalizando a construtora e indenizando o poder público, se for o caso.

Num dos capítulos mais interessantes, a economista Maria Cristina Pinotti vai além dos efeitos microeconômicos da corrupção e percorre a literatura internacional em busca de evidências do seu impacto no crescimento e no investimento.

Ela, aliás, ressalta que, no Brasil, apesar da extensão dos problemas, são poucos os economistas que se dedicam a destrinchar o assunto. Fica, portanto, o desafio para que os autores desse livro e outros especialistas se debrucem sobre outros impactos da corrupção no Brasil.

Infraestrutura, eficiência e ética

AUTOR **Affonso Celso Pastore** (org.)

EDITORA Elsevier

Quanto R\$ 79,90 (293 págs.)

AValiação ótimo

Infraestrutura, Eficiência e Ética

QUANTO: R\$ 79,90 (293 PÁGS.)

AUTOR: AFFONSO CELSO PASTORE (ORG.)

EDITORA: ELSEVIER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes e Karin Sato

Título: Petrobrás reduz investimentos para este ano

Com medidas como renegociação com fornecedores, estatal quer economizar US\$ 3 bi.

A Petrobrás reduziu de US\$ 20 bilhões para US\$ 17 bilhões a projeção de investimento em 2017. Ao detalhar o resultado financeiro do primeiro trimestre, a diretora de Exploração e Produção da petroleira, Solange Guedes, garantiu que os cortes não afetarão a produção de petróleo e gás natural neste ano. A estatal diz que vai economizar com redução de custo decorrente de ganhos de produtividade e também de negociações com fornecedores. Além disso, o atraso de licenciamentos ambientais acaba influenciando cronograma de projetos. A Petrobrás ainda postergou pagamentos, sem efeitos sobre a produção, segundo a executiva.

"Pagamentos que a Petrobrás se programou para fazer em 2017 não ocorrerão agora", disse Solange, em teleconferência com analistas de mercado.

Desinvestimento. Durante a apresentação do resultado financeiro, a estatal também informou os próximos passos do seu programa de venda de ativos: US\$ 21 bilhões até o fim do ano que vem. "A gente está trabalhando intensamente e espera ainda no primeiro semestre levar as informações ao mercado sobre cada um dos ativos que vão compor um novo portfólio do programa de desinvestimento", afirmou o diretor financeiro, Ivan Monteiro.

A revisão do programa foi exigida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como forma de garantir mais transparência ao processo. Segundo o diretor, o trabalho tem sido na identificação de ativos e na melhor maneira de apresentá-los ao mercado.

A Petrobrás já manifestou publicamente que incluiu na lista de desinvestimentos a Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), assim como a BR Distribuidora - ambas envolvidas na Lava Jato. Durante a teleconferência, os executivos da empresa ressaltaram o bom momento da subsidiária de distribuição de combustíveis que será colocada à venda, apesar da retração do consumo interno por conta da crise econômica.

"Estamos implementando um programa de margens na BR", destacou o diretor de Refino de Gás Natural, Jorge Celestino, complementando que, com uma série de medidas que estão sendo tomadas, a Petrobrás pretende alinhar os ganhos da subsidiária ao das suas concorrentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & Informações

Autor:

Título: Bilhete premiado

No final de agosto de 2008, diante de uma plateia de empresários reunidos no Palácio do Planalto para ouvir as projeções de investimentos do governo federal para os quatro anos seguintes, o então presidente Lula da Silva – notório por seus exageros verbais – recomendava parcimônia, por mais estranho que isso pudesse soar àquela entusiasmada plateia: “Não é porque tiramos o bilhete premiado que vamos sair por aí gastando o que não temos ainda. O pré-sal é um passaporte para o futuro”. A declaração de Lula foi dada pouco tempo depois do retumbante anúncio, pela Petrobrás e pelo governo, da descoberta de campos de petróleo de boa qualidade na camada pré-sal, uma sequência de rochas sedimentares que se estende por 800 km da costa brasileira, entre Espírito Santo e Santa Catarina. Uma mina intocada que levaria o País à autossuficiência e representaria as condições materiais para fomentar investimentos, gerar empregos, crescer e reverter décadas de atraso, irrigando “o deserto da estagnação econômica, que, durante 25 anos, exauriu nossas melhores energias e frustrou os sonhos de toda uma geração”, pregava o ex-presidente.

O devastador depoimento prestado por Renato Duque, ex-diretor de Serviços da Petrobrás, ao juiz Sérgio Moro, na semana passada, não deixa dúvida sobre os verdadeiros contemplados por aquele “bilhete premiado” e o futuro que o ex-presidente procurava resguardar. Segundo Duque, os contratos para a

construção das sondas de exploração da camada pré-sal renderam US\$ 133 milhões, aproximadamente R\$ 415 milhões, em propinas para a “casa” – referência aos próprios diretores da estatal –, para o Partido dos Trabalhadores (PT) e seus dois principais dirigentes, José Dirceu e Lula. Ao PT e seus próceres couberam dois terços do butim, sendo a parte de Lula da Silva administrada diretamente pelo ex-ministro Antonio Palocci. O terço restante foi destinado aos dedicados servidores da “casa” e da “causa”. De acordo com o depoimento de Duque à Justiça Federal de Curitiba, os desvios tiveram origem em um contrato bilionário – US\$ 6,5 bilhões (R\$ 20,3 bilhões) – firmado entre a Petrobrás e a Sete Brasil, empresa criada em dezembro de 2010 especificamente para gerenciar a construção de 29 sondas de exploração de petróleo em águas profundas por estaleiros nacionais, que, segundo o depoente, foram os responsáveis pelo pagamento da propina.

Entre os acionistas da Sete Brasil estavam a própria Petrobrás, com 9,75% das ações, os bancos Bradesco, Santander e BTG Pactual, além dos fundos de pensão Petros, Previ e Funcef. A Sete Brasil seria a dona das sondas, alugadas para a Petrobrás. Lula da Silva faturou politicamente o quanto pôde com o pré-sal. A julgar pelo que foi apurado até agora pela Operação Lava Jato, beneficiou-se de outros faturamentos. Em 2009, dois anos após o anúncio da descoberta do gigantesco Campo de Tupi, na Bacia de Santos, o ex-presidente jactou-se por dar ao Brasil “um novo Dia da Independência” durante a divulgação do marco regulatório para a exploração do pré-sal. À época, Lula prometera a criação de um fundo social constituído de recursos obtidos com a exploração e venda do petróleo com o fim precípuo de investir em educação.

“Não basta ensinar a ler e escrever, é preciso muito mais. É um investimento no futuro dos nossos filhos e netos”, disse o ex-presidente, provavelmente já pensando nos seus. É inegável que a descoberta de petróleo de boa qualidade na camada pré-sal foi um grande triunfo da engenharia brasileira e um momento histórico da Petrobrás. Em janeiro deste ano, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção atingiu o volume diário médio de 1,59 milhão de barris de óleo. Foi o melhor resultado desde que as empresas petrolíferas começaram a produzir petróleo extraído da camada pré-sal no Brasil, em 2010. O infortúnio é que este êxito operacional ainda não se reflita na melhoria da qualidade de vida da população brasileira, iludida por mais uma falsa promessa de Lula e sua máquina de propaganda populista.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Ari Cunha

Título: Eólica

» Cresce capacitando cada vez mais trabalhadores a implementação da energia eólica. O país chegou à capacidade eólica de 11 gigawatts, com a instalação de 443 parques com mais de 5 mil aerogeradores. As informações são da Associação Brasileira de Energia Eólica.

MME / ASCOM .